

Escolarização e autoria negra para o enfrentamento da deslegitimação da população afro-brasileira

Schooling and Black authorship to counter the delegitimization of the Afro-Brazilian population

Escolarización y autoría negra para el enfrentamiento de la deslegitimación de la población afrobrasileña

Mariléia dos Santos Cruz

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2688-7653>

Resumo: Este texto visa esboçar uma reflexão sobre a escolarização e a autoria negra como elementos de resistência, que exercem importante papel na luta para reverter a desvalorização sofrida pelas pessoas de descendência africana. A pesquisa de natureza bibliográfica e documental respaldou-se em estudos teóricos e usou fontes primárias, constituídas por duas correspondências do diretor da Casa dos Educandos Artífices ao Presidente da Província do Maranhão. Analisaram-se trechos da escrita de três autores negros maranhenses filhos de mulheres escravizadas, nascidos no século XIX: Maria Firmina dos Reis (1822-1917), José Nascimento Moraes (1882-1958) e Raul Astolfo Marques (1876-1918). Eles se destacaram no serviço público, na docência e ou no jornalismo, e se fizeram porta-vozes da população negra excluída socialmente, por meio da literatura. Foram observados suas biografias e seus escritos sobre a vida da população negra no período da escravidão e no pós-abolição. Sendo assim, chamamos atenção para relevância de tornar conhecidas as biografias e as obras literárias de negros e negras, contribuindo com a construção de uma memória nacional mais plural, que possa impactar na promoção de uma educação antirracista para as novas gerações.

Palavras-chave: literatura afro-brasileira; autoria negra; educação antirracista.

Abstract: This text aims to outline a reflection on schooling and Black authorship as elements of resistance, both playing a significant role in the struggle to reverse the devaluation experienced by people of African descent. The research, of bibliographic and documental nature, was grounded in theoretical studies and used primary sources, consisting of two letters from the director of the Casa dos Educandos Artífices to the President of the Province of Maranhão. Excerpts from the writings of three Black authors from Maranhão, children of enslaved women, born in the 19th century, were analyzed: Maria Firmina dos Reis (1822–1917), José Nascimento Moraes (1882–1958), and Raul Astolfo Marques (1876–1918). They stood out in public service, teaching, and/or journalism and became spokespersons for the socially excluded Black population through literature. Their biographies and writings on the life of the Black population during the slavery period and the post-abolition era were examined. Thus, attention is drawn to the importance of making the biographies and literary works of Black men and women known, contributing to the construction of a more plural national memory that can impact the promotion of anti-racist education for future generations.

Keywords: afro-Brazilian literature; black authorship; anti-racist education.



Resumen: Este texto busca esbozar una reflexión sobre la escolarización y la autoría negra como elementos de resistencia, que ejercen un importante papel en la lucha para voltear la desvalorización sufrida por las personas de descendencia africana. La pesquisa de naturaleza bibliográfica y documental se respaldó en estudios teóricos y utilizó fuentes primarias, constituidas por dos correspondencias del director de la Casa aos Educandos Artífices ao Presidente da Província do Maranhão. Se analizó fragmentos de los escritos de tres autores negros marañenses hijos de mujeres esclavizadas, nacidos en el siglo XIX: Maria Firmina dos Reis (1822-1917), José Nascimento Moraes (1882-1958) y Raul Astolfo Marques (1876-1918). Ellos se destacaron en la actuación pública, en la docencia y/o en el periodismo, y se hicieron portavoces de la población negra excluida socialmente, mediante la literatura. Fueron observados sus biografías y sus textos sobre la vida de la población negra en el periodo de la esclavitud y posabolición. Siendo así, llamamos la atención para la relevancia de hacer conocidas las biografías y las obras literarias de negros y negras, contribuyendo con la construcción de una memoria nacional más plural, que pueda impactar en el fomento de una educación anti-racista para las nuevas generaciones.

Palabras clave: literatura afrobrasileña; autoría negra; educación antirracista.

1 Introdução

Não é novidade e está fartamente registrada no processo histórico a deslegitimação da população negra, respaldada na anulação da humanidade dos africanos e seus descendentes, algo vivido com padecimento pelas vítimas. Deslegitimar é “Tirar, anular a legitimidade ou a legitimação de; fazer deixar de ser legítimo”¹. Então, deslegitimar é tornar algo ilegítimo, sem legalidade, sem valor. Como sinônimo de deslegitimar temos “rescisão, anulação, abolir, invalidação, quebra, revogação”²

Em todos os sentidos do termo, estamos nos referindo à negação de algo, ao ato de retirar uma legitimidade que existia. É claro que o ato de tornar ilegítimo não ocorre sem uma intenção. Por trás da anulação da legitimidade está sempre presente uma intenção de justificar uma segunda ação em proveito do ato anterior. No caso da deslegitimação da população negra, esteve inicialmente atrelada à intenção de justificar a escravização e, posteriormente, à intenção de manter este segmento social subjugado como gente de segunda categoria. Situação que acompanha os sujeitos de pele escura, mesmo depois do término legal do sistema de produção escravista que, no Brasil, durou mais de 300 anos.

Nos livros didáticos de história, nas telenovelas, nos filmes e em obras literárias variadas, há farta exposição de imagens e informações sobre a escravidão, representando-a como algo distante e sem responsabilidade clara de autoria. Não se trata da história dos negros no Brasil, mas a história da escravidão, a qual, em grande parte, contribui com

¹ Deslegitimar. In: Aulete Digital, Dicionário Online de Português. Lexikon editora digital, 2024. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/deslegitimar>. Acesso em: 03 mar. 2024.

² Sinônimo de deslegitimar. In: Dicio, Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.sinonimos.com.br/deslegitimacao>. Acesso em: 03 mar. 2024.

a deslegitimação das pessoas negras, porque os representa como personagens de uma fatalidade. Em geral, de forma sutil, passa-se a ideia do escravismo como um evento brando, inevitável e necessário para a existência da modernidade. Nascimento (2017) destaca os vários mitos sobre o escravismo desenvolvido na América Católica, tais como: o da inferioridade do africano, o da influência humanizadora da Igreja Católica, outro do senhor benevolente e o da democracia racial. Tais mitos são construções ideológicas propulsoras da representação da escravidão como uma instituição benigna e humanitária, em relação ao que foi executado nas colônias inglesas (Nascimento, 2017).

O pensamento colonialista, que interpreta africanos como seres inferiores, considera as diferenças entre os grupos humanos, elementos de desigualdades sociais, e se constitui como a fonte da percepção do processo escravista como algo ruim, mas necessário. Esse pensamento é partilhado ainda hoje pelos setores historicamente beneficiados pelo escravismo, e anestesia a consciência de descendentes que desfrutam do privilégio da branquitude³.

Cada um – preto e preta – desconhecido dá corpo a uma história particular e prolongada de aniquilação e silenciamento de um povo marcado na pele, pela cor escura. Cor preta da qual não se pode fugir. Está na imagem que precede a apresentação. São levas de homens e mulheres, considerados sem nome ou história para ser lembrada. Homens e mulheres que passaram e passam pelo processo desumanizador, quer seja no passado, no meio do corte de cana, na senzala ou servindo na casa do “brancos” (como no período escravista), quer seja aqui, nos tempos de hoje, onde a necropolítica tem preferência pela carne preta⁴ (Wermuth; Marcht; Mello, 2020).

Na cor escura há uma predestinação, está associado um destino, de modo que o julgamento e a exclusão se revelam conforme o tom mais ou menos escuro da pele. Dados recentes do IBGE (2022) confirmam esse fato ao evidenciar diferenças entre rendimento médio mensal por pessoa ocupada no ano de 2021. Salários maiores são recebidos por pessoas brancas (R\$ 3.099), em relação às pardas (R\$ 1.814) e pretas (R\$ 1.764). Realidade observada desde 2012, quando a série foi iniciada. Outras discrepâncias são vistas em relação às condições de moradia e patrimônio, acesso ao ensino superior em cursos de prestígio social, cargos de chefia e gerência (IBGE, 2022).

³ “A branquitude significa a pertença étnico-racial atribuída ao branco”. Trata-se de uma posição “[...] mais elevada da hierarquia racial [onde se desfruta do] poder de classificar os outros como não-brancos [...]. Ser branco se expressa na corporeidade, isto é, a brancura, e vai além do fenótipo. Ser branco consiste em ser proprietário de vantagens/privilégios raciais simbólicos e materiais”. (Lorenço [...], 2019, local).

⁴ Wermuth, Marcht e Mello (2020), a partir do conceito de necropolítica cunhado pelo camaronês Achille Mbembe, analisam como a morte em massa de pessoas pobres e negras no Brasil contemporâneo resulta de uma política com raízes históricas de violência e seletividade.

Dados do IBGE, (2022) mostram que, embora a população preta ou parda ocupada tenha sido maioria em 2021, (53,8%), nos cargos gerenciais eram apenas 29,5%, enquanto as pessoas brancas estavam presentes em 69,0% desses cargos. Constata-se também que “[...] na classe de rendimento mais elevada, somente 14,6% das pessoas ocupadas em cargos gerenciais eram pretas ou pardas, ao passo que, entre as brancas, tal proporção atingiu 84,4%” (IBGE, 2022, p. 4). Nesse quadro, além da baixa ocupação de negros em cargos com rendimentos elevados, outro aspecto perturbador relatado por gestores negros, está na vigilância que enfrentam no espaço de trabalho, onde manifestam-se desconfianças, motivadas pela cultura do racismo, de que sejam desprovidos de competência para funções de comando (Coelho Júnior, 2011).

Ser apontado, excluído ou humilhado por questão de cor, funciona como um rito de passagem obrigatório, configurando uma história comum entre gerações passadas e presentes, da qual nem uma pessoa de pele escura poderá se abstrair. Mas a população negra também é deslegitimada enquanto sujeito da memória histórica nacional. Em alguns casos, homens e mulheres negras, intelectuais, poetas, jornalistas, professores e professoras que, ao longo de suas existências, construíram trajetórias dignas de serem lembradas, por muitas vezes, são legados ao esquecimento. Suas histórias são apagadas, sujeitas à invisibilidade.

O rol das principais biografias dos personagens destacados na história do Brasil contempla perfis de homens brancos em posições de poder, dando a falsa impressão da inadequação dos negros para posições de comando e destaque. Além de uma história de homens brancos, há uma história do colonizador que faz a história local se constituir como a continuidade da “história da metrópole”, conforme explicado por Frantz Fanon (2022, p. 47):

O colono faz a história e sabe que a faz. E como se refere constantemente à história da metrópole, indica com clareza que está aqui como prolongamento dessa metrópole. A história que escreve não é, pois, a história do país que ele despoja, mas a história da sua nação onde ele rouba, viola e espalha a fome. A imobilidade a que está condenado o colonizado não pode ser impugnada, senão quando o colonizado decide pôr termo à história da colonização, à história da pilhagem, para fazer existir a história da nação, a história da descolonização.

Historicamente, de muitas formas, as populações negras resistem ao processo desumanizador instituído pela colonização. Ao mesmo tempo que vigora uma interpretação histórica que ignora a perspectiva dos africanos e seus descendentes, há um movimento construído nas margens atribuindo outros sentidos para o processo de desumanização. Essa forma de resistência latente na existência das populações negras se materializa na negação do menosprezo e se apresenta em muitas frentes de luta. São

modos de expressão operados pelas vítimas e codificados em elementos culturais. Coisas feitas por pretos nas suas formas de existir, modos de enfrentar o racismo, formas de falar e de escrever sobre as vivências, e do observado no entorno. Jeito de cantar, dançar, orar e interpretar a vida.

Dentre tantas formas de resistência, a autoria negra tem se constituído como um instrumento importante contra a desumanização operada contra a população negra, tendo em vista que por meio dela os autores manifestam suas experiências culturais comuns e se tornam porta-vozes autorizados a denunciar as desigualdades a partir de seu lugar de fala⁵. Essa forma de escrita negra enraizada na experiência particular e coletiva dos afro-brasileiros é chamada, por Conceição Evaristo (1996), de “escrevivência”, porque se traduz numa escrita sobre si e para si, construída a partir da memória da pele.

A escrita negra literária tem sido conceituada como Literatura afro-brasileira e é definida como “[...] a produção literária de afrodescendentes que se assumem ideologicamente como tal, utilizando um sujeito de enunciação próprio” (Lobo, 2007 *apud* Duarte, 2010, p. 115).

Para Duarte (2010, p. 122), são elementos que identificam a literatura afro-brasileira:

[...] uma voz autoral afrodescendente, explícita ou não no discurso; temas afro-brasileiros; construções linguísticas marcadas por uma afro-brasilidade de tom, ritmo, sintaxe ou sentido; um projeto de transitividade discursiva, explícito ou não, com vistas ao universo recepcional; mas, sobretudo, um ponto de vista ou lugar de enunciação política e culturalmente identificado à afrodescendência, como fim e começo.

A literatura afro-brasileira é produzida por e sobre a realidade das pessoas negras. Nessa forma de expressão é possível dar a voz às populações subjugadas por questões étnico-raciais, permitindo entender como a desumanização sofrida por estas populações se reflete no imaginário e na identidade deles.

Conceição Evaristo (1996, p. 5) explica que a Literatura Afro-brasileira se constitui como uma produção à margem da grande literatura, sendo “[...] representativa de um grupo étnico e social apontado como ‘minorias’ e vítima de um ‘gueto invisível’ que se disfarça no discurso da ‘Democracia Racial’ brasileira”.

Neste artigo, pretendemos esboçar uma reflexão sobre a importância da escolarização e da autoria negra, como formas de resistência, com papel significativo na luta para reverter a desvalorização sofrida pelas pessoas de descendência africana. Sendo assim, o estudo foi organizado em torno dos seguintes objetivos: analisar a relevância histórica, atribuída pela população negra, à escolarização como uma forma de resistência às interdições

⁵ Djamila Ribeiro (2017) explica “lugar de fala” como a possibilidade de que membros de um mesmo grupo social possam expressar uma visão sobre um tema a partir de experiências partilhadas em uma localização comum dentro de uma estrutura social com hierarquias de poder.

sociais que lhe são impostas; e dialogar com escritos de autores negros maranhenses, nascidos no século XIX, sobre a vida da população negra no período da escravidão e no pós-abolição.

A pesquisa de natureza bibliográfica e documental analisou trechos de obras de três autores negros maranhenses e se respaldou em estudos teóricos sobre o tema, além de explorar duas correspondências do diretor da Casa dos Educandos Artífices ao Presidente da Província do Maranhão, do ano de 1842.

Desse modo, o corpo central do texto está dividido em três seções, sendo a primeira, uma reflexão sobre o tema dos obstáculos enfrentados pela população negra para o acesso à escolarização e, ao mesmo tempo, sobre como o acesso à escola funciona como instrumento de resistência às desigualdades. Nas duas seções seguintes, apresentamos uma reflexão sobre a vida da população negra no período da escravidão e no pós-abolição, em escritos de Maria Firmina dos Reis (2024), Nascimento Moraes (2000) e Astolfo Marques (1905), os quais, enquanto negros escolarizados, fizeram-se porta-vozes da população negra excluída socialmente, por meio da literatura.

2 Escolarização como resistência e esperança para a população negra

Entendemos que o acesso à escolarização representou e ainda representa um meio de resistência e de esperança para as pessoas pretas. Não há dúvida que para muitos pretos e pobres, a escola se constitui como o lugar privilegiado de acesso à leitura e aos saberes científicos, dada a falta de outras oportunidades socioculturais. Isto converte a escola em espaço de esperança, porque se acredita que por meio da escolarização se pode alcançar a inclusão social.

Essa forma de agir de certas famílias, que colocam a sua esperança de mudança de destino na escola, não é algo particular dos dias mais próximos ao século XXI. Famílias pobres e, especialmente aqui, famílias negras, têm, ao longo da história, investido em projetos de ascensão social via escolarização, como estratégia de fugir ao trabalho braçal ou da inferiorização (Cruz, 2022). A esperança das famílias ao almejarem a escolarização da sua prole aparece como modo de evitar a ocupação de posição subordinada na hierarquia social.

Estudos do campo da história da educação brasileira têm demonstrado que o acesso à escola pelas populações negras, desde períodos remotos da nossa história, não se efetivou sem o enfrentamento de interdições (Fonseca; Barros, 2016).

No caso da Província do Maranhão observa-se uma dessas situações em que depois de acessar o espaço escolar, alunos de cor escura foram desqualificados no seu potencial intelectual e retirados da escola, conforme descrito em correspondência encaminhada ao

Presidente da Província, produzida pelo diretor da Casa dos Educandos Artífices do Maranhão⁶, em 16 de junho de 1842:

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência o ofício incluso do professor de primeiras letras dos educandos, e à vista d' ele se dignará Vossa Excelência de ver a inabilidade de Manoel Joaquim, para leitura, e caligrafia, e que por isso é mal-empregada despesa que faz o Tesouro Provincial com este indivíduo, como educando: acrescento mais as seguintes razões, que me obrigam a pedir a Vossa Excelência que se digne de mandá-lo demitir.

Aprende a pedreiro sem aproveitamento, foi escravo, tem pouco brio, e é de cor bastante escura, e não permite vantagem, porque é impossível (com a prática de seis meses me tem mostrado) tirá-la de quem tem tantas circunstâncias contrárias, para receber uma boa educação. Vossa Excelência mandará a respeito dele o que for mais conveniente [...] (Falcão, 1842a, f. 1).

Nesta correspondência está manifestada uma forma de exclusão escolar praticada contra uma criança negra liberta, sendo estigmatizada como inferior devido à sua passagem pela condição escrava, e, por isso, vista como mal-empregada a despesa pública com a sua escolarização. Outra manifestação do desejo de discriminar alunos negros consta em pedido do diretor da Casa dos Educandos Artífices, ao Presidente da Província, ao solicitar que fossem olhados os candidatos a educandos, antes de lhes ser concedida a admissão, para evitar que crianças de “cor bastante escura” ocupassem vaga que poderia ser cedida a meninos de pele clara. Na transcrição abaixo, a questão pode ser observada explicitamente:

Apropriando-se esta ocasião, oportunidade para pedir a Vossa Excelência que se digne de mandar comparecerem perante Vossa Excelência, aqueles indivíduos para quem se solicita a graça de serem admitidos como educandos, para que Vossa Excelência, se digne de vê-los, eu tenho a honra de pedir-lhe, porque pede-se as vezes a graça para indivíduos que a não merecem, ou porque a sua idade não ofereça esperanças de aproveitamento, ao menos na leitura, e caligrafia, ou porque a imbecilidade deles as não oferecem para coisa alguma, e ou porque podem aproveitar a entrada para educando, para subtrair ao recrutamento para o Exército, indivíduos que estejam nas circunstâncias de serem recrutados. Parece-me também preciso o pedido que tenho a honra de fazer a Vossa Excelência; para prevenir que indivíduos de cor bastante escura (que julgo não deverem ser excluídos da admissão; mas também julgo que devem ceder [mutilado] aos bran-

⁶ Segundo Castellanos (2019), a Casa dos Educandos Artífices (1841-1889) era voltada para o acolhimento e educação de crianças desvalidas do sexo masculino, onde recebiam a formação nas primeiras letras, em princípios religiosos e a formação profissional por meio de ofícios mecânicos, como pedreiro, alfaiate, marceneiro, serralheiro e tanoeiro.

cos, aos de cor clara), não venham ocupar os poucos lugares que há, em que se podem receber os que devem preferir. Nos indivíduos de cor escura bastante (nos que pedem para serem admitidos para educandos, porque eles aborrecem a sujeição) encontram-se frequentemente com pouca diferença, as qualidades que assistem ao Manoel Joaquim, e parece-me isto mais um motivo para se dar a preferência [...] (Falcão, 1842a, f. 1).

No texto deste ofício se expõe a artimanha para retirar crianças negras da escola, retratando estratégias de exclusão, justificadas pela deslegitimação da população negra da sua condição humana e da sua existência enquanto cidadãos de direitos. Embora o diretor Antônio Falcão (1842) relacionasse outras qualidades de indivíduos para serem objeto de exclusão, tais como os de idade inferior estabelecida para admissão ou os que estivessem em condições para o recrutamento militar, em nenhum destes casos parecia necessário olhar o candidato, antes de aceitá-lo para a matrícula.

Segundo o diretor da Casa, os lugares eram poucos e era preciso cedê-los aos “brancos”, “aos de cor clara”, porque esses deveriam ser os preferidos para a escolarização. As declarações do diretor demonstravam sua intenção de discriminar negativamente os meninos escuros, que para ele possuíam toda a inabilidade para a aprendizagem e por isso deveriam ter a matrícula negada, após constatada a negritude. Em contrapartida, ele enxergava nos meninos brancos uma natureza favorável à superioridade intelectual.

No primeiro Regulamento da Casa dos Educandos Artífices, publicado em 1841, não consta nenhum critério de impedimento à matrícula, destacando-se no Art. 1º que a instituição se destinava a “meninos pobres e desvalidos de toda a província, que o mesmo Presidente julgar aptos para aprenderem ofícios mecânicos, tendo com tudo (sic) preferência os expostos da Santa Casa de Misericórdia [...]” (Castro, 2009, p. 320).

A ausência de critérios para negação de admissão no Regulamento da Casa de 1841 pode ser compreendida a partir do estudo de Barros (2016) sobre análise de leis e regulamentos de diferentes províncias. A autora destaca “permanências” e mudanças nas permissões e proibições no acesso e frequência escolar, no período entre as décadas de 1830 e 1840. Barros (2016) percebeu que o registro da proibição da matrícula a escolares, apenas em condição escravizada, incidiu em maior grau, nos regulamentos provinciais, embora houvesse regulamentos que não apresentavam nenhuma interdição dessa natureza, como ocorreu no regulamento da Casa dos Educandos Artífices de 1841. Se atentarmos para o fato de a Constituição de 1824 (Brasil, 1824) qualificar a instrução primária gratuita como direito restrito às pessoas libertas e livres, pode ser aventado que a proibição nos textos específicos das províncias visasse corrigir possíveis desrespeitos do preceito constitucional que não autorizava ingresso de escravizados no ensino elementar gratuito.

Na Casa dos Educandos Artífices do Maranhão alguns meninos admitidos logo no início da fundação foram libertos justamente para a finalidade de compor o corpo de estu-

dantes da instituição, conforme evidenciado no texto transcrito, de 8 de agosto de 1842, em pedido de demissão de alguns alunos considerados inábeis:

Relação dos Jovens que tem inabilidade para aprenderem o que devem saber os educandos, pelos motivos que se descrevem.

Felipe Thiago Freire. - Tem seis anos de idade, há bastante falta de talento para as primeiras letras e não tem robustez para prender os ofícios mecânicos, e pela idade que tem, só daqui a outros seis anos é que pode oferecer alguma vantagem ao estabelecimento, que por maior que seja, não valerá por seis anos que se perdem em deixar crescê-lo, e que se podem aproveitar com outro que já tenha a idade própria, é de muitas esperanças. José de Miranda.- Era escravo, e em obséquio ao Exmo. Senhor João Antônio de Miranda, obteve a alforria para ser admitido neste estabelecimento, e por isso estava destinado para ser nesta casa uma das recordações do instituidor; mas infelizmente a pouca idade, as maneiras adquiridas na condição de que saiu, e uma imbecilidade extraordinária, não dão esperanças de que ele se possa aproveitar para os fins a que se dirige esta instituição. Fiel Francisco Rubem.- A respeito dele existem as mesmas circunstâncias do antecedente, menos a de ter sido admitido em memória do instituidor, e a idade que é maior. Silvino Jansen Muller.- Tem mui pouca idade, e ainda menos inteligência, o que faz desesperar do seu aproveitamento [...] (Falcão, 1842b, f. 1).

No pedido de demissão dos quatro alunos consta inabilidade para aprendizagem, pouca idade e o fato de terem estado na condição de escravizados, interdições criadas pelo próprio diretor, que agia ao arrepio do primeiro regulamento da casa.

Será no Regulamento da Casa dos Educandos Artífices do Maranhão, de 1855, que os critérios para admissão e para recusa da matrícula aparecem com clareza. No Art. 1º, do Capítulo I, fica explicitado que qualquer pessoa poderia ser admitida desde que comprovasse ser “pobre e desvalida”, “não maior que 18, nem menor de 12”, e “que se acha em condições sanitárias” (Castro, 2009). No Art. 3º, constam as condições para recusa da admissão, que era para os “não vacinados” e para os “escravos” (Castro, 2009). O período que foi publicado o Regulamento de 1855 está no intervalo classificado por Barros (2016), localizado entre as décadas de 1850 e 1860, como sendo o de maior reforço da interdição à escolarização de pessoas escravizadas no Brasil. Em alguns casos citados pela autora, proibiu-se até a frequência escolar de escravizados, demonstrando, conforme indicado por ela, tentativa de estabelecer a norma de interdição em contraposição ao possível costume que poderia ocorrer de que crianças escravizadas se fizessem presentes em aulas onde não estivessem matriculadas.

Voltando ao aspecto da escola como esperança e desejo das famílias negras, um texto escrito por Michael Young, em 2007, é bastante elucidativo para analisar como a escola corresponde a esse papel. O ator ressalta que “a luta histórica pelos propósitos da escolaridade” pode ser vista em termos de duas tensões:

A primeira é entre os objetivos da emancipação e da dominação. [...] as classes dominantes e subordinadas têm tentado usar as escolas para atingir os seus mais diferentes objetivos. É só lembrar que Nelson Mandela foi um produto das escolas para africanos que antecederam a educação bantu para compreender que até os sistemas escolares mais opressivos podem ser usados como instrumentos de emancipação. A segunda tensão é entre as perguntas; “Quem recebe a escolaridade?” e “O que o indivíduo recebe?”. (Young, 2007, p. 1293, grifo do autor)

Sobre a primeira tensão explorada, Young (2007) enfoca a escola como uma instituição promotora da conservação do poder, ao mesmo tempo que pode ser emancipadora de segmentos da população em situação de subordinação. O autor explica a questão do conhecimento considerado útil, e sobre o tipo de conhecimento que cabe à escola transmitir:

No entanto, o fato de que parte do conhecimento é o “conhecimento dos poderosos” ou conhecimento de alto status, como já expressei (Young, 1971; 1998), não nos diz nada sobre o conhecimento em si. Assim, precisamos de outro conceito, no enfoque do currículo, que chamarei de “conhecimento poderoso”. Esse conceito não se refere a quem tem mais acesso ao conhecimento ou quem o legitima, embora ambas sejam questões importantes, mas refere-se ao que o conhecimento pode fazer, como, por exemplo, fornecer explicações confiáveis ou novas formas de se pensar a respeito do mundo. [...] é isso que os pais esperam, mesmo que às vezes inconscientemente, ao fazerem sacrifícios para manter seus filhos na escola. Esperam que eles adquiram o conhecimento poderoso, que não é disponível em casa. O conhecimento poderoso nas sociedades modernas, no sentido em que usei o termo, é, cada vez mais, o conhecimento especializado. (Young, 2007, p. 1293-5, grifo do autor).

Dentre os muitos aspectos importantes da citação, chama atenção o que ele diz sobre o “conhecimento poderoso”, que é aquele conhecimento especializado capaz de fornecer explicações confiáveis e instigar novas formas de pensar, para o qual a maioria da população pobre tem a escola como principal meio de acesso (Young, 2007). Outra observação relevante do trecho destacado coloca o “conhecimento poderoso” como um conhecimento desejável e esperado pelos pais, sendo, muitas vezes, o que motiva famílias pobres a se sacrificarem para manter suas crianças nas escolas.

Interpretando o conceito do conhecimento poderoso de Young (2007), podemos sugerir que não será apenas o conhecimento especializado ou cientificamente construído que será necessário para as populações subalternizadas se emanciparem em contexto da universalização da escola. O conhecimento poderoso para estas populações também deve agregar saberes identitários apoiados em conceitos, fatos, procedimentos, atitudes e valores que contrariem a falsa ciência que ancora a detração das pessoas não brancas. Bell Hooks (2021, p. 25) considera esta uma postura de “descolonização dos modos de pensar [a qual] liberta o conhecimento da asfixia causada pelo ponto de vista e pelo pensamento supremacista branco”.

A escola precisa acolher os conhecimentos acumulados pelas populações africanas e afrodescendentes como forma de corrigir práticas de racismo epistêmico⁷ que consagrou a existência da escola da modernidade como lugar que, embora aberto às massas, esteve a serviço das elites, contribuindo para rejeição da aparência física e da ancestralidade africana.

Embora gerações de famílias negras tenham sido motivadas a galgar trajetórias ascendentes de escolarização, sabe-se que esse processo, por si, não garante proteção contra pobreza, nem tampouco contra o racismo. Não é incomum, no cotidiano de negros e negras escolarizados, o enfrentamento de situações discriminatórias. Embora cumpram todos os requisitos sociais para ascensão social, experimentam trajetórias interdidas, a exemplo da negação do trabalho pela cor da pele, mesmo que de forma sutil, ou manifestações do racismo em espaços de trabalho. Também não são incomuns abordagens policiais, xingamentos e outras violências injustificadas.

Não resta dúvida que a escola é necessária às populações negras, pois sem a passagem por ela, resta a exclusão completa. Foi pelo acesso à escolarização que autores negros se fizeram ouvir e deram voz a outros negros, reunindo histórias dolorosas partilhadas pelo grupo na fala de seus personagens.

Dentre os autores que deram voz à população negra em seus escritos, destacamos três maranhenses: Maria Firmina dos Reis (1822-1917), Nascimento Moraes (1882-1958) e Raul Astolfo Marques (1876-1918). Todos esses literatos maranhenses nasceram no século XIX, com obras que circularam no século XX. Os dois primeiros, além de literatos, eram professores, e os dois últimos, acumulavam a profissão de jornalista. Nos tópicos seguintes dialogamos com escritos desses autores negros maranhenses, considerando-os como expoentes da literatura afro-brasileira.

3 Maria Firmina dos Reis e a voz das mulheres escravizadas

Maria Firmina dos Reis foi professora de primeiras letras da Vila de São José de Guimarães, na província do Maranhão, concursada em 1847 (Cruz, Matos, Silva, 2018). Era uma mulher negra, filha e neta de mulheres libertas. Esta autora produziu obras literárias e as publicou, em um período em que poucas mulheres constavam no cenário literário, devido às interdições historicamente impostas contra a emancipação e autonomia feminina.

Maria Firmina hoje é reconhecida como primeira mulher literata com publicação de obras no Brasil, mas esteve no ostracismo, de sua morte, em 1917, a 1975. Foram os es-

⁷ Segundo Reis (2020), o racismo epistêmico é ancorado na tese de superioridade da tradição do pensamento ocidental, instituindo-a como única forma de saber verdadeiro, o qual produziu a deslegitimação de outros saberes oriundos de povos submetidos à violência da colonização.

forços do jornalista, poeta e cronista brasileiro Nascimento Morais Filho que a trouxeram de volta, quando publicou, com financiamento do governo do estado, a obra *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*. Nesse estudo, ele registrou a história da professora e republicou algumas de suas obras, como *A Escrava*⁸ (1887), *Gupeva* (1861, 1863, 1865), poesias, charadas e letras de músicas que saíram na imprensa (Morais Filho, 1975). No mesmo movimento, ele articulou a publicação da versão fac-similar da obra *Úrsula* (1859), que estava esquecida por mais de 100 anos

Maria Firmina conquistou visibilidade social como escritora, e mesmo assim, não desistiu de dar voz aos escravizados em suas obras. Na sensibilidade de Maria Firmina, ao fazer registros de cenas do trato desumano sofrido pela população escravizada em duas de suas obras, escritas e publicadas, ainda na vigência do escravismo enquanto modo de vida legitimado e oficial, ela se colocou na contramão do seu próprio tempo histórico, da mesma forma que a sua escrita se caracterizou como um instrumento de denúncia.

Em duas de suas obras, *Úrsula* (1859) e *A Escrava* (1887), Maria Firmina dos Reis, sensível ao problema da agonia negra em face da escravidão, coloca personagens escravizados, mulheres e homens, falando de suas dores. No ato de dar voz aos subalternizados, ela desconstrói a desumanização operada na representação da imagem das pessoas negras de então. Restitui a humanidade e os valores de personagens que, na cena cotidiana do período, circulavam com a liberdade de servir como única razão de existência concedida.

Dentre os tipos escravizados retratados por Maria Firmina, destacamos duas de suas personagens, em obras distintas, que apresentam perfis muito semelhantes no que diz respeito às histórias de vida. Em *Úrsula* (1859), chama atenção a descrição da escravizada Suzana, ao relatar ao liberto Túlio, a quem considerava como filho, o momento do início do seu grande pesar, quando foi aprisionada e escravizada. Suzana contou o seguinte:

Tinha chegado o tempo da colheita, e o milho e o inhame e o amendoim eram em abundância nas nossas roças. Era um destes dias em que a natureza parece entregar-se toda a brandos folgares, era uma manhã risonha, e bela, como o rosto de um infante, entretanto eu tinha um peso enorme no coração. Sim, eu estava triste, e não sabia a que atribuir minha tristeza. Era a primeira vez que me afligia tão incompreensível pesar. Minha filha sorria-se para mim, era ela gentilzinha, e em sua inocência semelhava um anjo. Desgraçada de mim! Deixei-a nos braços de minha mãe, e fui-me à roça colher milho. Ah! Nunca mais devia eu vê-la [...] Ainda não tinha vencido cem braços do caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo iminente, que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira – era

⁸ *A Escrava* foi um conto publicado por Maria Firmina dos Reis em 1887, na *Revista Maranhense*. Nesta obra, Maria Firmina deu voz à mulher abolicionista e à mulher escravizada e ainda descreveu personagens do escravismo, como o capitão do mato e o senhor de escravos, retratados negativamente (Cruz, Matos, Silva, 2018).

uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível... a sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava – pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! Meu Deus! O que se passou no fundo da minha alma, só vós o pudestes avaliar! Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abortamos às praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! (Reis, 2019, p. 79, grifo da autora).

Neste trecho, Maria Firmina, em uma obra publicada a menos de 30 anos da libertação oficial da escravatura, dá voz a uma mulher negra e aproveita para descrever detalhes sobre o escravismo do ponto de vista de quem foi vítima do processo de subjugação. Ela colocou em seu texto a própria vítima para contar sua história, onde relatava a dor da separação quando foi arrancada da sua terra, deixando a sua família, especialmente a sua querida filha.

Em *A Escrava* (1887), um ano antes da legalização do fim da escravidão, a autora negra, em um conto, traz mais uma vez o relato sobre o infortúnio de uma mulher escravizada. Assim como Suzana, desta vez é Joana a personagem que conta como chegou à loucura, após ser separada de seus dois filhos gêmeos, que foram vendidos a outro senhor. A história de Joana foi carregada de sofrimento. Ela narrou seu infortúnio com a escravidão, desde a infância, conforme se pode ler no conto de Maria Firmina dos Reis (2019, p. 185):

Minha mãe era africana, meu pai de raça índia; mas de cor fusca. Era livre, minha mãe era escrava. Eram casados e, desse matrimônio, nasci eu. Para minorar os castigos que este homem cruel infligia diariamente a minha pobre mãe, meu pai quase consumia seus dias ajudando-a nas suas desmedidas tarefas; mas ainda assim, redobrando o trabalho, conseguiu um fundo de reserva em meu benefício. Um dia apresentou a meu senhor a quantia realizada, dizendo que era para o meu resgate. Meu senhor recebeu a moeda sorrindo-se – tinha eu cinco anos – e disse: — A primeira vez que for à cidade trago a carta dela. Vai descansado. Custou a ir à cidade: quando foi demorou-se algumas semanas e, quando chegou, entregou a meu pai uma folha de papel escrita, dizendo-lhe: — Toma, e guarda, com cuidado, é a carta de liberdade de Joana. Meu pai não sabia ler, de agradecido beijou as mãos daquela fera. Abraçou-me, chorou de alegria, e guardou a suposta carta de liberdade. Então furtivamente eu comecei a aprender a ler, com um escravo mulato,

e a viver com alguma liberdade. Isto durou dois anos. Meu pai morreu de repente e, no dia imediato, meu senhor disse a minha mãe: — Joana que vá para o serviço, tem já sete anos, e eu não admito escrava vadia. Minha mãe, surpresa e confundida, cumpriu a ordem sem articular uma palavra. Nunca a meu pai passou pela ideia que aquela suposta carta de liberdade era uma fraude; nunca deu a ler a ninguém; mas minha mãe, à vista do rigor de semelhante ordem, tomou o papel, e deu-o a ler àquele que me dava as lições. Ah! Eram umas quatro palavras sem nexos, sem assinatura, sem data! Eu também a li, quando caiu das mãos do mulato. Minha pobre mãe deu um grito, e caiu estrebuchando.

Em *A Escrava* (1887), Joana retratou seu sofrimento, desde a geração anterior, quando sua mãe escravizada morreu após o susto tomado em razão de ter sido enganada pelo seu senhor, que vendeu falsa carta de alforria em favor sua filha, e que resolveu submetê-la uma segunda vez ao trabalho escravo. Enquanto Joana estava como liberta, teve a chance de estudar e aprender a ler, mas esta condição não a privou de viver e morrer no cativeiro. Tornou-se fugitiva após ver suas duas crianças retiradas do seu convívio, momento descrito na obra da seguinte forma:

— Ah! Se pudesse, nesta hora extrema ver meus pobres filhos, Carlos e Urbano!... Nunca mais os verei! Tinham oito anos. Um homem apeou-se à porta do Engenho, onde juntos trabalhavam meus pobres filhos — era um traficante de carne humana. Ente abjeto, e sem coração! Homem a quem as lágrimas de uma mãe não podem comover, nem comovem os soluços do inocente. Esse homem trocou ligeiras palavras com meu senhor, e saiu. Eu tinha o coração oprimido, pressentia uma nova desgraça. À hora permitida ao descanso, concheguei a mim meus pobres filhos, extenuados de cansaço, que logo adormeceram. Ouvi ao longe rumor, como de homens que conversavam. Alonguei os ouvidos; as vozes se aproximavam. Em breve reconheci a voz do senhor. Senti palpitar desordenadamente meu coração; lembrei-me do traficante... corri para meus filhos, que dormiam, apertei-os ao coração. Então senti um zumbido nos ouvidos, fugiu-me a luz dos olhos e creio que perdi os sentidos. Não sei quanto tempo durou este estado de torpor; acordei aos gritos de meus pobres filhos, que me arrastavam pela saia, chamando-me: mamãe! Mamãe! Ah! Minha senhora! Abri os olhos. Que espetáculo! Tinham metido adentro a porta da minha pobre casinha, e nela penetrado meu senhor, o feitor, e o infame traficante. Ele e o feitor arrastavam, sem coração, os filhos que se abraçavam a sua mãe. (...) — Por Deus, por Deus, gritei eu tornando a mim, por Deus levem-me com meus filhos! — Cala-te! gritou meu feroz senhor. Cala-te, ou te farei calar. — Por Deus, tornei eu de joelhos, e tomando as mãos do cruel traficante: — Meus filhos!... Meus filhos!... Mas ele, dando um mais forte empuxão e ameaçando-os com o chicote que empunhava, entregou-os a alguém que os devia levar... (Reis, 2019, p. 184-5)

Nestas obras, a autora retrata a escravidão, que foi um evento do seu tempo de existência, especialmente destacando a vida sofrida de duas mães separadas de seus filhos. Enquanto nascida de uma mulher que esteve na condição escravizada, Maria Firmina de-

monstrava incômodo com o escravismo. Suas personagens, nestas duas obras, falam das feridas deixadas pela desumanização operada contra os africanos e seus descendentes, estratégia de deslegitimação da humanidade das pessoas pretas que ceifou muitas vidas e cujo processo não sucumbiu com as vidas ceifadas.

Maria Firmina dos Reis contraria a descrição corrente na literatura brasileira, que, segundo Conceição Evaristo (2009, p. 23):

[...] se ancora nas imagens de um passado escravo, em que a mulher negra era considerada só como um corpo que cumpria as funções de força de trabalho, de um corpo-procriação de novos corpos para serem escravizados [...] a personagem feminina negra não aparece como musa, heroína romântica ou mãe. [...] Mata-se no discurso literário a prole da mulher negra, não lhe conferindo nenhum papel no qual ela se afirme como centro de uma descendência. À personagem negra feminina é negada a imagem de mulher-mãe, perfil que aparece tantas vezes desenhado para as mulheres brancas em geral.

Retratando a mulher negra como mãe, Maria Firmina do Reis restitui a humanidade dessa mulher e confirma um princípio da literatura negra, destacado por Conceição Evaristo (1996, p. 39), caracterizado pela “busca de construção de um discurso capaz de explicitar o negro, a sua inserção no mundo, os seus sentimentos, as suas particularidades como sujeito da história”.

4 A voz de intelectuais mestiços e de populares negros nas obras de Nascimento Moraes e de Astolfo Marques no pós-abolição

José do Nascimento Moraes nasceu em 19 de março de 1882, da união de uma mulher escravizada com um homem liberto, que custearam sua escolarização inicial em escolas particulares, até que foi admitido no curso secundário do Liceu Maranhense (Cruz, 2016).

Nascimento Moraes foi um dos mais importantes intelectuais negros do Maranhão, que ao longo da sua vida conjugou profissionalmente o exercício de atividades docentes, literárias e jornalísticas em toda primeira metade do século XX. Iniciou a carreira de professor em 1901, na residência da família, lecionou na Escola Normal as cadeiras de aritmética, álgebra, geometria, português e pedagogia. Foi catedrático de geografia do Liceu Maranhense, nomeado em 1914 e aposentando em 1954. No campo literário, publicou muitos contos, em diversos jornais, além dos livros: *Vencidos e Degenerados*, (1910), *Puxos e Repuxos* (1910), *Neurose do Medo* (1923) e *Contos de Valério Santiago* (1972), obra póstuma (Cruz, 2021).

Nascimento Moraes fundou duas agremiações literárias que foram a Oficina dos Novos, em 1900, e Renascença Literária, em 1901, “pelas quais tiveram passagem grande parte dos principais nomes que ocuparam as cadeiras da Academia Maranhense de Letras, criada em 1908” (Cruz, 2021, p. 203). Contudo, sua aceitação para a Academia Maranhense de Letras do Maranhão foi tardia, em setembro de 1934, e sua posse ainda demorou, já que só se efetivou em 12 de outubro de 1938, quando passou a ocupar a cadeira de número 11 (Cruz, 2021).

O professor e jornalista José do Nascimento Moraes, durante a sua vida, sofreu vários embates publicamente conhecidos, enfrentando injustiças sofridas por ousar rejeitar o lugar atribuído aos pretos (Cruz, 2016). No romance *Vencidos e Degenerados* (1910), ele retrata o período pós-abolição, registrando um enredo de exclusão social dos negros e mestiços escolarizados em enfrentamento aos privilégios das camadas brancas herdeiras dos frutos do escravismo. Na mesma obra, ele dá voz à população negra no pós-abolição, não para se reportar ao abandono material dessa população para a qual não foi dirigido nenhum tipo de política social positiva que visasse à equiparação socioeconômica entre brancos e negros. O que este autor preto fez foi demonstrar, com vários exemplos entre seus personagens, como as forças reacionárias e racistas se articularam para dificultar ou impedir a ascensão social de parcelas escolarizadas de pessoas negras que tentavam se movimentar nas associações literárias, no jornalismo e no serviço público.

O autor demonstra como jovens mestiços foram destituídos dos espaços de sobrevivência e de destaque social, pelo fato de que os brancos de camadas medianas e de fazendeiros decaídos alimentavam o medo de competir em iguais condições com intelectuais negros e mestiços que tentavam se fazer ouvir, no pós-abolição. (Moraes, 2000).

João Olivier, personagem de *Vencidos e Degenerados* (Moraes, 2000), manifesta sua decepção com a situação da população negra no pós-abolição, que continuava em situação subalternizada e excluída socialmente em um contexto, tal qual no período Imperial. Nas palavras de João Olivier:

Eu esperava que que depois do 13 de maio e do 15 de Novembro, com que me alegrei bastante; que houvesse uma renovação social. Errônea ou acertadamente eu cuidava que a pública administração com luzes mais fortes e puras, tomasse outro caminho que não esse que agora nos infelicitava.

[...] é que não abriram escolas ao povo, não procuraram matar o analfabetismo, não foram verdadeiros republicanos os que se apossaram do poder (Moraes, 2000, p. 77).

Nascimento Moraes, conforme consta em Cruz (2016), apesar de relevantes contribuições para a efervescência literária maranhense na primeira década do século XX, foi injustamente apagado da história literária do período, quando fatos que antecederam

a criação da Academia Maranhense de Letras foram desvirtuados visando desmerecer a participação dele nessa história.

Conceição Evaristo (1996, p. 41) afirma que a literatura negra “tem um sujeito que, ao falar de si, fala dos outros e, ao falar dos outros, fala de si”. Questão visivelmente exposta em várias passagens de *Vencidos e Degenerados*, onde Nascimento Moraes (2000) ambienta sua obra no mesmo contexto social que ele vivia quando produziu o romance, no período do pós-abolição. As dificuldades vividas pelos negros de encontrar emprego, as perseguições, demissões, ameaças de morte, violência física são situações narradas na vida das personagens da obra de Nascimento Moraes que coincidem com ocorrências da vida do próprio autor, logo no início da sua carreira. Para Evaristo (1996, p.43, grifo da autora):

[...] a “experiência negra”, numa sociedade definida, arrumada, orientada por valores brancos, é pessoal e intransferível. E, se há um comprometimento entre o fazer literário do escritor e essa experiência negra pessoal e intransferível, se ele se faz enunciar, enunciando essa vivência negra, marcando ideologicamente o seu espaço, a sua presença, a sua escolha de uma fala afirmativa, de um discurso do outro, diferente e diferenciador do discurso institucionalizado sobre o negro, podemos ler em sua criação referenciais de uma literatura negra.

Outro autor maranhense contemporâneo de Nascimento Moraes foi Raul Astolfo Marques, nascido em 11 de abril de 1876, em São Luís, e falecido em 28 de maio de 1918 (Raul [...], 1918). O filho da lavadeira Delfina Maria da Conceição Marques dedicou-se a registrar o cotidiano da população negra de antes e no pós-abolição. Seus personagens foram figuras do cotidiano popular como escravizados, libertos e livres, pretos ou mestiços que aparecem em conversas sobre seus próprios dilemas. O autor também, conforme descrito por Matheus Gato de Jesus (2013, p. 343), se concentrou em “[...] investigações literárias, históricas e folclóricas dos hábitos e costumes do povo maranhense, com ênfase nas condições sociais da população negra e pobre no meio urbano de São Luís”.

Astolfo Marques foi sócio fundador da Academia Maranhense de Letras e um dos jovens rapazes que fundaram a Oficina do Novos, fazendo parte da sua primeira diretoria como tesoureiro, junto com Nascimento Moraes, que foi o primeiro presidente desta agremiação literária que antecedeu a Academia.

Suas atividades literárias se iniciaram após a sua entrada para Oficina dos Novos em 1900. Fez publicações de traduções da literatura francesa, no jornal *Pacotilha*, como: *O casamento de Hermancia*, *A princesa muda*, *Por Amor*, *O Palácio de neve*, *A Condessinha no Paraíso* e *Conto do Natal* (*Pacotilha*, 1900a, 1900b, 1900c, 1901, 1903a, 1903b).

Segundo Matheus Gato de Jesus (2013, p. 339), suas principais obras foram: [...] a coletânea de contos intitulada *A vida maranhense* (1905); o *Relato de viagem De S. Luiz a Therezina* (1906); a peça teatral *O Maranhão por dentro* (1907); a coletânea de contos *Natal* (1908); a biografia *O Dr. Luiz Domingues* (1910); e o romance *A nova aurora* (1913). Astolfo Marques deixou no prelo *Seleta Maranhense* e por concluir, *As Festas Populares Maranhenses* (Raul [...], 1918).

Além da vida literária, Astolfo Marques iniciou no serviço público como contínuo e como auxiliar da diretoria da Biblioteca Pública, a partir de 1896. Ficou na burocracia pública em várias funções, como secretário interino da Inspeção da Instrução Pública e do Liceu Maranhense, de 1910 a 1911 (Jesus, 2013). “De 1910 a 1914, foi nomeado oficial da Secretaria de Governo, ocupando, posteriormente, a função de amanuense para a Secretaria do Interior”, onde permaneceu até 1918 (Jesus, 2013, p. 343). Quando faleceu, estava aposentado como chefe da segunda seção da Secretaria do Interior (Jesus, 2013).

No jornalismo, trabalhou na *Revista do Norte*, em *O Jornal*, no *Pacotilha*, no *Diário do Maranhão* e foi diretor interino do *Diário Oficial do Estado* (Jesus, 2013). Em um de seus contos, *O Suplício da Inácia*, Astolfo Marques descreveu a execução da uma escravidão condenada à força, demonstrando detalhes de um ritual bastante conhecido no período do escravismo:

No sino da cadeia acabara de soar a hora fatal, os reboantes sons vindos ferir tristemente os ouvidos de milhares de pessoas, que alvoroçadamente fervilhavam na pequena praça, para onde, desde o alvorecer, acorria de todos os recantos da cidade a população em peso para assistir à execução da escrava Inácia. Numa confusão indomável todos se queriam aproximar do cadafalso, sedentos de curiosidade, ao mesmo tempo que se queriam afastar arredando a vista do monstro que se erguia diante dos seus olhos. A força, alguns esteios mal cruzados, tendo ao alto numa trave de espessura capaz de suportar o peso a que a iam sujeitar, era duma construção brutalmente acabada. Desigual e tosca, condizia com o fim que lhe destinavam. Aquela máquina ali erguida em nome da Justiça, como instrumento da desafronta pública, era o objeto de atenção de milhares de olhos. Até inocentes criancinhas eram pela barbárie daquele tempo obrigadas a assistir a tão tristes e horripilantes cenas [...]. (Marques, 1905a, p. 154).

O autor descreve o dia que Inácia foi levada à força e registra a tênue relação de confiança e proteção entre as famílias escravistas e seus escravos domésticos. Inácia, cozinheira escravizada de uma poderosa família, foi injustamente condenada e executada à força, no pelourinho da cidade, pela acusação de ter envenenado a família.

O verdadeiro crime de Inácia foi rejeitar um pretendente que também servia na mesma família, o qual se vingou, fazendo-a passar por uma criminosa que pretendia eliminar

seus senhores. No trecho que segue, o autor demonstra a transformação sofrida pela mulher escravizada após a condenação:

A condenada, de gorda e bonita que era, emagrecia, enfeiava. Aqueles ondedos cabelos, que outrora ela tanto esmerava-se em pentear, colocando no rodilhado cocó o ramallete de cheirosas manjeronas e rosas de “todo o ano”, ou do branco jasmim e do rescendente trevo conjuntamente a uma baunilha fresca e dum odor inebriante, estavam agora tecidos, ruços, e embranqueciam. Os seus dentes, dum esmalte brilhante que, quando ela gargalhava no açougue, causavam alucinação [e] despertavam o ciúme na rapaziada, achavam-se todos cobertos de um limo negro. Aqueles olhos, reluzentes e castanhos, que fascinavam, jaziam amortecidos e encovados. Enfim, tudo quanto construía a beleza da Inácia e que fizera popular doidejantes tantos e tantos corações, tudo desaparecera em tão curto espaço de tempo. E quando a tiraram daquele cárcere, a mandado da justiça, essa mesma por que ela esperava para atestar a sua inocência e que, no entanto, afirmava ser ela a culpada, deixou-se conduzir com uma brandura de que só os inocentes, os justos, se revestem. O seu confessor aconselhara-lhe que apelasse para a justiça divina. E foi crente em uma justiça diversa da terrena que a Inácia se resignou, subindo ao patíbulo sem soltar uma imprecação, a não ser as duas palavras que naquele grito de dor dum alma imaculada e cheia de pureza lhe saíram do íntimo do peito, na ocasião que o carrasco a trucidava vigorosamente em nome da lei (Marques, 1905a, p. 157).

Nesse conto, o autor descreve como a bela mestiça escravizada se transformou em poucos dias de cárcere. Era uma mulher bonita e desejada tornada sem beleza. Era querida e confiada por toda a família de seus senhores, até que acusada do crime de envenenar a sopa ingerida pela família se tornou uma mulher desprezada e vista como traiçoeira. O fato relatado pelo autor foi verídico e se deu em São Luís, na década de 40 do século XIX, conforme consta no *Jornal de Caxias* (22 jul. 1905, p. 1), no depoimento de uma testemunha, segundo a qual, a única informação que não condiz com o real, no conto de Astolfo Marques, é o fato de Inácia ter se recusado a chegar até o patíbulo com seus próprios pés, declarando que lá não subia por ser inocente (Folheto, 1905, p. 2).

Em outro conto, dentre tantos de Astolfo Marques, onde ele retrata o cotidiano da população negra, nos chamou atenção o conto “Ser Treze”, cujas personagens, duas mulheres, dialogavam sobre a ausência de comemoração do dia do aniversário da libertação da escravatura (Marques, 1905b). Na conversa, as mulheres admitiam que foram alforriadas e reclamavam de pessoas conhecidas que, apesar de alforriadas ou libertas no ato de promulgação da lei de 13 de maio, se envergonhavam do fato e preferiam mentir que nasceram livres ou que foram libertas na pia de batismo.

Nesse conto fica registrado o sentimento de alguns negros no pós-abolição, caracterizado pela vergonha de terem sido escravizados. Diante do contexto de preconceito, para

essas populações, ser negro, e não ser escravizado, funcionava como forma de distinção social, então preferiam negar as suas histórias particulares. Essa situação para as personagens do conto explicava a falta de comemoração do Treze de Maio, posto que o comemorar seria admitir ter sido escravizado.

Neste conto de Astolfo Marques fica demonstrada a forma como o escravismo é interpretado até os dias de hoje, como uma vergonha para as vítimas, e como um orgulho para os algozes. Quando crianças negras estudam o tópico do escravismo na escola, experimentam, como no passado, a vergonha partilhada por gerações anteriores.

Para pessoas brancas, ao fazerem referência a antepassados fazendeiros que viveram da escravidão, não é incomum manifestarem orgulho da origem de privilégio. Isto não ocorre como um problema individual para o qual possam as pessoas ser julgadas pelo modo de sentir. Pelo contrário, tais comportamentos refletem a maneira equivocada como a história da escravidão tem sido retratada ao longo dos anos, por diversos veículos de disseminação cultural, que fazem acreditar na fatalidade do evento e imprimem a representação de fraqueza e predestinação às vítimas do escravismo.

5 Considerações finais

Neste texto destacamos escritores maranhenses que reservaram, tanto em suas biografias, quanto nas suas escritas literárias, o compromisso de resistência à desumanização ou deslegitimação que o racismo produziu contra as pessoas negras.

Os autores citados aqui, Maria Firmina dos Reis, Nascimento Moraes e Astolfo Marques, deram voz a personagens pretos e colocaram em suas obras retratos sociais com cenas de escravismo, de racismo, de humilhações e de exclusões, do modo sentido pelas pessoas contemporâneas ao tempo retratado por eles. Em comum esses autores partilharam a origem de pais escravizados, se destacaram no serviço público, no jornalismo ou na docência. Na literatura, usaram suas obras para exprimir formas particulares de experiências das populações negras representadas em seus personagens.

Acreditamos que um importante trabalho que deve ser feito pelas novas populações negras escolarizadas que atualmente ocupam os espaços acadêmicos é trazer à tona estas biografias de negros e negras a serem sagradas ao status da memória coletiva. Assim como fez a própria Maria Firmina dos Reis, quando deu voz aos escravizados e às escravizadas. Assim como fez o descendente do velho Nascimento Moraes, o nascimento Moraes Filho, que ressuscitou Maria Firmina e suas obras em 1975.

Nesta luta, o conhecimento e a escolarização são elementos utilizados como forma de resistir, de subverter ao destino relegado às pessoas de pele escura. Astolfo Marques,

Nascimento Moraes e Maria Firmina tornaram-se escritores e deram voz a personagens constituindo, assim, uma escrita de denúncia.

O estudo dos autores negros nas escolas brasileiras, suas biografias e obras, a análise das mensagens registradas e o reconhecimento das características comuns de fatos vivenciados por gerações em enfrentamentos cotidianos eternizados nessas obras, se constitui em conhecimento poderoso e necessário às novas gerações de escolares de todas as origens raciais, para que haja esperança de que possamos alcançar uma educação antirracista.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Surya Pombo de. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. **Educ. Pesqui.**, [s. l.], v. 42, n. 3, p. 591-605, jul. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201609141039>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/9ZhqHKsrZg987cSGqd7SbNg/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- BRASIL. [Constituição (1824)] **Constituição política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 2 set. 2024.
- CASTELLANOS, Samuel Luiz Welazquez. A instrução da infância desvalida no Maranhão oitocentista. **Revista do Centro de Ciências da Educação**, Florianópolis, v. 37, n. 3, p. 791-815, jul./set. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2019.e61993>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2019.e61993>. Acesso em: 07 ago. 2024.
- CASTRO, César. A. **Leis e regulamentos da instrução pública no Maranhão Império: 1835-1889**. São Luís: EDUFMA, 2009.
- COELHO JÚNIOR, Pedro Jaime de. **Executivos negros: racismo e diversidade no mundo empresarial (uma abordagem sócio-antropológica)**. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.8.2011.tde-11062012-154959>. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-11062012-154959/pt-br.php>. Acesso em: 03 set. 2024.
- CRUZ, Mariléia dos Santos. A produção da invisibilidade intelectual do professor negro Nascimento Moraes na história literária maranhense, no início do século XX. **Rev. Bras. Hist.**, [s. l.], v. 36, n. 73, p. 209-230, set. 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/1806-93472016v36n73_011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/Q9mT4xs6pNRWWdGvRcHsP6G/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 12 jun. 2024.
- CRUZ, Mariléia dos Santos.; MATOS, Érica de Lima; SILVA, Ediane Holanda. “Exma. Sra. d. Maria Firmina dos Reis, distinta literária maranhense”: a notoriedade de uma professora afrodescendente no século XIX. **Notandum**, [s. l.], v. 48, set./dez. 2018. Disponível em: <http://www.hottopos.com/notand48/151-166Marileia.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- CRUZ, Mariléia dos Santos. Nascimento Moraes, docência e jornalismo em mais de 50 anos de imprensa no Maranhão. **Outros Tempos: pesquisa em foco - História**, São Luís, v. 18, n. 32, p. 298-326, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18817/ot.v18i32.842>. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uma/article/view/842. Acesso em: 15 jan. 2024.
- CRUZ, Mariléia dos Santos. Erudição e racismo na trajetória ascendente de uma família negra do Maranhão. **Rev. Bras. Hist. Educ.**, Maringá, v. 22, p. e211, 2022. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e211>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/HRmpwFxFVLBNJLmKPCg3y8YD/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 15 jan. 2024.

DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. **Terceira Margem**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 23, p. 113-138, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/tm/article/view/10953>. Acesso em: 20 ago. 2024.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 17 dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/436>. Acesso em: 16 nov. 2024.

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra**: uma poética de nossa afro-brasilidade. 1996. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

FALCÃO, José Antônio. **Ofício do diretor da casa dos educandos artífices do Maranhão ao presidente da província**. São Luís: Arquivo Público do Estado do Maranhão-APEM, documentos avulsos, f. 1-2, 16 jun. 1842(a).

FALCÃO, José Antônio. **Ofício do diretor da casa dos educandos artífices do Maranhão ao presidente da província**. São Luís: Arquivo Público do Estado do Maranhão-APEM, documentos avulsos, f. 1-3, 6 ago. 1842(b).

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zará, 2022.

FOLHETO. **Jornal de Caxias**, Caxias, p. 1, 22 jul. 1905. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/cache/095001186879/I0001551-2-0-002002-001322-005110-003374.JPG>. Acesso em: 3 ago. 2024.

FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (org.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EDUFF, 2016.

HOOKS, Bell. **Ensinando comunidade**: uma pedagogia da esperança. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

JESUS, Matheus Gato. Astolfo Marques e as festas populares maranhenses. **Afro-Ásia**, [s. l.], v. 48, p. 337-360, jul. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/afro/a/qrC97z4dRgNHghnhBLvf-z8s/>. Acesso em: 28 maio 2024.

IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil, estudos e pesquisas**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 3 ago. 2024.

LORENÇO Cardoso: “Temos potencial para abolir o racismo e todas as outras formas de opressão”. **El País**, São Paulo, 30 nov. 2019. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2019-11-30/lourenco-cardosotemos-potencial-para-abolir-o-racismo-e-todas-as-outras-formas-de-opressao.html>. Acesso: 22 ago. 2024.

MARQUES, Astolfo. **O suplício de Inácia**. São Luís: Typografia do Diário do Maranhão, 1905a. Disponível em: www.letras.ufma.br/literafro. Acesso em: 27 jul. 2024

MARQUES, Astolfo. **Ser treze**. Pacotilha, São Luís, n. 113, p. 2, 13 maio 1905b. Disponível em <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/cache/1017507193674/I0028622-2-0-002177-001322-006703-004071.JPG>. Acesso em: 18 ago. 2024.

MORAES, José Nascimento. **Vencidos e degenerados**. 4. ed. São Luís: Centro Cultural Nascimento Moraes, 2000.

MORAIS FILHO, José Nascimento. **Maria Firmina**: fragmentos de uma vida. São Luís: Imprensa do Governo do Maranhão, 1975.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

PACOTILHA, São Luís, nº 196, 18 ago. 1900(a), p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/168319_01/23079?pesq=%22Astolfo%20Marques%22. Acesso em: 02 jul. 2024

PACOTILHA, São Luís, nº 223, 19 set. 1900(b), p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/168319_01/23187?pesq=%22Astolfo%20Marques%22. Acesso em: 02 jul. 2024

PACOTILHA, São Luís, nº 304, 24 dez. 1900(c), p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/168319_01/23511?pesq=%22Astolfo%20Marques%22. Acesso em: 02 jul. 2024

PACOTILHA, São Luís, nº 001, 1 jan. 1901, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/168319_01/23535?pesq=%22Astolfo%20Marques%22. Acesso em: 02 jul. 2024.

PACOTILHA, São Luís, nº 003, 4 jan. 1903(a), p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/168319_01/26018?pesq=%22Astolfo%20Marques%22. Acesso em: 02 jul. 2024

PACOTILHA, São Luís, nº 169, 18 jun. 1903(b), p. 1. Disponível em http://memoria.bn.gov.br/DocReader/168319_01/26682?pesq=%22Astolfo%20Marques%22. Acesso em: 02 jul. 2024.

RAUL Astolfo Marques. **O jornal**, São Luís, p. 4, 29 maio 1918. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720593&pasta=ano%20191&pesq=Raul%20Astolfo%20marques&pagfis=2881>. Acesso em: 13 jul. 2024.

REIS, Diego dos Santos. Saberes encruzilhados: (de)colonialidade, racismo epistêmico e ensino de filosofia. In: dossiê educação, democracia e diferença. **Educ. rev.**, Curitiba, v. 36, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.75102>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/Hvf6N7pz6yxwk-6J945MS9CC/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 25 jan. 2024

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula e outras obras**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/items/960f005d-58f7-448b-bc6e-f11fc774023a>. Acesso em: 15 jan. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; MARCHT, Laura Mallmann; MELLO, Letícia de. Necropolítica: racismo e políticas de morte no Brasil contemporâneo. **Revista de Direito da Cidade**, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 1053–1083, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/49790>. Acesso em: 15 set. 2024.

YOUNG, M. Para que servem as escolas? **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 15 fev. 2024.

Recebido em setembro/2024 | Aprovado em novembro/2024

MINIBIOGRAFIA

Mariléia dos Santos Cruz

Doutorado e Pós-doutorado em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-UNESP/Araraquara/SP. Professor Associado IV do Departamento de Educação I e do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Ensino da Educação Básica da Universidade Federal do Maranhão. Coordenadora do grupo de pesquisa Cultura Escolar, Práticas Curriculares e História da Disseminação dos Saberes Escolares (CEPCHSAE).
E-mail: cruz.marileia@hotmail.com